



## IMPERIALISMO, HEGEMONIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: a participação da USAID na preservação do meio ambiente entre 2008 e 2023

Rafael Magalhães de Lima Silva<sup>1</sup>, Rodolfo Francisco Soares Nunes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil  
(rafael.magalhaessilva@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

**Resumo:** o artigo analisa a atuação da USAID na preservação ambiental entre 2008 e 2023, relacionando-a às dinâmicas do imperialismo e da hegemonia estadunidense. A pesquisa, baseada no materialismo histórico-dialético, demonstra como a USAID opera como instrumento de reprodução da ordem capitalista, mesmo sob o discurso da cooperação internacional. O estudo revela que, diante da ascensão chinesa e da crise fiscal dos EUA, há uma retração nos investimentos ambientais, refletindo mudanças na estratégia hegemônica, como simboliza a proposta de dissolução da USAID durante o governo Trump.

**Palavras-chave:** USAID; Imperialismo; Hegemonia; Economia Política Internacional; Cooperação Internacional.

### INTRODUÇÃO

A relação entre imperialismo, hegemonia e cooperação internacional constitui um dos pilares centrais dos estudos de Relações Internacionais, sobretudo na análise das práticas e estratégias das grandes potências na ordem global. No contexto dos Estados Unidos, a atuação da United States Agency for International Development (USAID) se insere como instrumento relevante não apenas de ajuda externa, mas também de projeção de poder, influência normativa e consolidação de interesses estratégicos no sistema internacional.

Este artigo analisa criticamente a participação da USAID na promoção de políticas ambientais no período em questão, considerando seus impactos, contradições e limitações.

A partir de uma abordagem que articula os conceitos de imperialismo, hegemonia e cooperação internacional, busca-se compreender de que forma a agência opera simultaneamente como vetor de ajuda técnica e financeira e como mecanismo de manutenção da influência norte-americana nos espaços globais.

A pesquisa problematiza, ainda, se e em que medida tais intervenções ambientais refletem um compromisso genuíno com a sustentabilidade ou se estão condicionadas aos interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos dos Estados Unidos.

O imperialismo, enquanto fase avançada do capitalismo, revela a expansão transnacional do

capital e sua subordinação de economias periféricas. A hegemonia, por sua vez, complementa essa análise ao demonstrar como o domínio se consolida não apenas pela coerção, mas pela construção de consenso, via instituições, normas e ideologias.

Nesse quadro, a cooperação internacional emerge como um aparato ambíguo: se por um lado facilita a coordenação entre Estados, por outro reproduz hierarquias ao universalizar interesses das potências dominantes.

Este artigo explora essas interligações, argumentando que a cooperação internacional, operacionalizada por organizações multilaterais, não é neutra, mas sim um dispositivo hegemônico que sustenta assimetrias do sistema imperialista.

Ao examinar esses conceitos em conjunto, busca-se desvendar como a governança global contemporânea naturaliza relações de dominação, mesmo sob o discurso da colaboração e do desenvolvimento compartilhado.

A proposta do governo Trump, em 2020, de "dissolver a USAID", comunicada oficialmente ao Congresso, deve ser compreendida como expressão concreta desse realinhamento. Mais do que um simples ajuste administrativo, tal movimento simboliza uma inflexão na estratégia imperial: da hegemonia baseada no consenso e na influência normativa, típica da ordem liberal construída no pós-Segunda Guerra, para uma lógica de poder mais aberta, competitiva e centrada na disputa geopolítica direta, sobretudo frente à expansão chinesa.



Ainda que a dissolução plena não tenha se efetivado, a proposta traduz uma visão de mundo em que a cooperação internacional, especialmente nos moldes tradicionais de assistência ao desenvolvimento, deixa de ser prioridade no exercício da liderança global norte-americana.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se a construção teórica que articula os conceitos de imperialismo, hegemonia e cooperação internacional, fundamentais para a compreensão da atuação da USAID. Em seguida, discute-se o contexto histórico da ascensão dos Estados Unidos como potência global e a trajetória da USAID, com ênfase em sua inserção na agenda ambiental.

Na sequência, são detalhados os procedimentos metodológicos adotados, baseados no materialismo histórico-dialético, na pesquisa bibliográfica e na análise documental. Posteriormente, são apresentados e analisados os resultados, com destaque para a evolução dos investimentos da USAID em meio ambiente entre 2008 e 2023, à luz das transformações da ordem internacional. Por fim, a conclusão retoma os principais achados, relacionando-os às mudanças na hegemonia norte-americana e aos desafios contemporâneos da cooperação internacional.

#### MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho adota como método de investigação o materialismo histórico-dialético, orientado pela compreensão de que os fenômenos sociais, políticos e econômicos devem ser analisados a partir das contradições estruturais que atravessam o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista (Engels, 1979; Gramsci, 1978). A realidade internacional é concebida como um processo dinâmico, em constante transformação, no qual os interesses econômicos, políticos e ideológicos das potências são mediados por relações de dominação, dependência e disputa hegemônica (Korsch, 2008; Netto, 2011).

Nessa perspectiva, a atuação da USAID na agenda ambiental é interpretada não como expressão neutra de cooperação internacional, mas como parte de um complexo arranjo de reprodução da ordem capitalista, condicionado pelas dinâmicas do imperialismo contemporâneo e pelas transições no sistema mundial.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, foram utilizados o levantamento bibliográfico e a análise documental, com o objetivo de construir uma abordagem crítica e fundamentada empiricamente sobre o tema (Lakatos, 2021). A pesquisa bibliográfica se apoia em autores clássicos e contemporâneos das Relações Internacionais, da Economia Política Internacional e da teoria marxista,

especialmente aqueles que problematizam as dinâmicas de hegemonia, imperialismo e desenvolvimento.

A análise documental abrange relatórios oficiais da USAID, dados orçamentários disponibilizados pelo governo dos Estados Unidos, documentos de organismos multilaterais, além de comunicados, discursos e normativas produzidas entre 2008 e 2023, que permitem compreender as mudanças institucionais, financeiras e estratégicas da agência no campo da preservação ambiental (EUA, 2025).

A triangulação entre os referenciais teóricos e as fontes empíricas possibilita a interpretação crítica das transformações recentes na política externa norte-americana, articulando-as às contradições mais amplas do sistema internacional (Gil, 2021).

#### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão das dinâmicas contemporâneas da política internacional exige um diálogo crítico com categorias teóricas fundamentais: imperialismo, hegemonia e cooperação internacional. Esses conceitos, embora distintos, entrelaçam-se na análise das relações de poder que moldam a ordem global.

O conceito de imperialismo, tal como desenvolvido por Lênin, revela-se fundamental para compreendermos a dinâmica do capitalismo em sua fase monopolista e globalizante, marcada pela concentração de capital, dominação financeira e expansão transnacional.

Ao analisar o imperialismo como um fenômeno endógeno ao desenvolvimento capitalista, percebe-se que ele não se restringe a uma simples dominação entre Estados, mas constitui uma relação estrutural na qual o capital transnacional subordina as políticas nacionais aos seus interesses de acumulação.

Para entendermos as formas do imperialismo utilizadas na leitura dos movimentos do capital e nas suas relações concretas com os Estados nacionais, faz-se necessário retornar para as concepções historicamente determinadas no tempo e espaço acerca desta categoria.

Para tanto, entende-se o imperialismo como um fenômeno endógeno de determinada formação socioeconômica. Apresenta seus efeitos, tem seus desdobramentos determinados no tempo e no espaço e sofre influência do meio social (Farias, 2013).

Para tratar da categoria imperialismo é incontornável o retorno aos escritos de V. I. Lênin (1870-1924) e sua importante obra “O imperialismo, etapa superior do capitalismo”. Com sua análise acerca do desenvolvimento da indústria e o processo de concentração do capital, Lênin apresentou nesta, e em outras obras, uma leitura e interpretação da sociedade em que vivia (Lênin, 2011).



A estrutura dos Estados nacionais e seus determinantes sobre a ordem social estabelecida sofre uma influência e dominação econômica e continuada do capital transnacional mediante sua característica manifestadamente globalizante (Mészáros, 2012).

Por isso, para compreendermos como ocorre a atuação dos Estados nacionais na contemporaneidade, precisaremos compreender a partir das contradições e limitações do sistema capitalista de produção e do imperialismo enquanto fase deste.

A periodização do capitalismo em fases nos permite compreender o imperialismo como um estágio superior que consiste no processo de acumulação capitalista em escala mundial. Utilizar uma categoria que, primariamente, referia-se ao processo de dominação entre países para referir-se, posteriormente, à dominação do capital sobre o Estado necessita da devida contextualização e compreensão teórica.

Sem desconsiderar que o Estado nacional continua sendo o agente último no processo decisório no que se refere às políticas socioeconômicas, deve-se ponderar, porém, que este poder se dará mediante os limites permitidos por quem opera processo de acumulação do capital. Em outras palavras, mesmo o Estado nacional sendo o garantidor de que empreendimentos transnacionais se situem e perpetuem sua lógica de acumulação dentro do espaço geográfico, suas políticas deverão submeter-se à essa lógica (Mészáros, 2012).

À época de seu escrito, Lênin identificou que a mudança se daria na substituição da livre concorrência capitalista (característica fundamental do capitalismo) pelos monopólios capitalistas (que seria a antítese dessa característica). A partir de então, a produção que àquele tempo já se dava em grande escala, se tornou ainda maior, mas de forma concentrada nas mãos de cartéis, sindicatos e trustes. É justamente o monopólio que conduz o capitalismo para sua nova etapa (Lênin, 2011).

Em se tratando do poderio financeiro, Lênin já pontuava que o capital financeiro e seu alto grau de concentração, originou uma rede concentrada e expansiva nas relações e vínculos dentro dessa nova fase. Apontou, inclusive, a exacerbação e a luta contra outros grupos nacionais-estatais pela partilha do mundo. Fazendo-se necessária, para o revolucionário, uma crítica do imperialismo (Lênin, 2011).

Como destacam Lênin (2011) e Mészáros (2012), o Estado nacional, mesmo mantendo sua soberania formal, vê sua ação condicionada pelos monopólios e pelo capital financeiro, que redefinem as relações de poder em escala mundial. Assim, o imperialismo não

é apenas uma etapa histórica do capitalismo, mas um sistema de dominação contínua que estrutura as relações hegemônicas na contemporaneidade.

Para compreender o neoliberalismo como um projeto hegemônico transnacional, é necessário analisar os contextos históricos e as forças políticas que impulsionaram seu surgimento, assim como o papel das Organizações Internacionais na difusão de sua ideologia. Desde a década de 1970, o neoliberalismo consolidou-se não apenas como uma doutrina econômica, mas como um dispositivo de poder que reestruturou a economia política global, realinhando Estados, mercados e instituições internacionais sob a lógica do capital financeiro e da desregulamentação (Fortes; Pereira; Ramos, 2021).

Nesse processo, a hegemonia neoliberal foi construída por meio de uma articulação orgânica entre elites econômicas, Estados centrais e organismos multilaterais (como o FMI, o Banco Mundial e a OMC), que atuaram como vetores de imposição de políticas de austeridade, privatizações e liberalização comercial (Fortes; Pereira; Ramos, 2021). Essa rede de influência demonstra como a hegemonia não se exerce apenas pela coerção, mas também pela produção de consenso, naturalizando o neoliberalismo como paradigma único e inevitável.

Entende-se, portanto, hegemonia na construção gramsciana. Uma vez que, a formação e a ampliação da classe dirigente exigem o estabelecimento de relações mais estreitas e sólidas entre os grupos dirigentes e as massas populares-nacionais, ou seja, a reorganização da hegemonia cultural. Essa hegemonia cultural, por sua vez, não pode ser dissociada da dimensão política, como evidenciam expressões como "hegemonia político-cultural", "político-intelectual" e "intelectual, moral e política", entre outras (Liguori; Voza, 2017).

A relação entre a base econômica e a construção da hegemonia, destacando que cada classe social emergente gera seus próprios intelectuais de forma orgânica. No entanto, essa relação não é direta, mas mediada por duas instâncias principais: a sociedade civil e o Estado. Além disso, considera a influência de categorias intelectuais já existentes, que mantêm uma continuidade histórica mesmo diante de profundas transformações sociais e políticas (Liguori; Voza, 2017).

Nessa esteira, O "aparelho hegemônico" constitui uma "esfera específica" (de natureza formalmente "privada") que cumpre função análoga ao "mecanismo governamental-coercitivo" do "Estado em seu sentido amplo". Nessa concepção, tanto a "força" quanto o "consenso" dispõem de seus próprios mecanismos institucionais, configurando assim o "Estado integral" como síntese que articula e diferencia simultaneamente a sociedade civil e o



Estado no sentido convencional (Liguori; Voza, 2017).

A hegemonia, enquanto dominação consensual articulada entre força e persuasão, não se limita ao âmbito estatal, mas se expande para a esfera global por meio de instituições internacionais. Organismos como o FMI, Banco Mundial, OMC e até mesmo agências da ONU operam como aparelhos hegemônicos, disseminando normas, condicionalidades e paradigmas que naturalizam a ordem econômica e política dominante.

Essas instituições não apenas regulam a cooperação entre Estados, mas também reproduzem a hegemonia do centro capitalista, ao impor políticas de ajuste, livre-comércio e financeirização como únicos caminhos válidos para o "desenvolvimento".

Assim, a hegemonia contemporânea não se sustenta apenas pela coerção militar ou econômica direta, mas pela capacidade de moldar instituições internacionais como ferramentas de governança global, garantindo a perpetuação de uma ordem que beneficia os mesmos grupos dominantes. A crítica a essa estrutura exige desvelar como a "cooperação" mascara relações de poder e como alternativas só podem emergir pela contestação desses aparatos hegemônicos.

O conceito de sociedade internacional abarca as dimensões políticas da governança global. Por meio de organizações internacionais instituídas e sustentadas por esses mesmos Estados, as nações elaboram mecanismos de regulação e normatização internacional. Esses instrumentos visam ampliar a colaboração entre países, estabelecer métodos não beligerantes para resolver disputas e reduzir confrontos armados (Silva; Gonçalves, 2010).

Essa noção pressupõe a formação de uma coletividade global orientada por ideais e normas compartilhadas, distinguindo-se assim de um sistema internacional básico, restrito a relações padronizadas no plano econômico e político-diplomático entre Estados soberanos (Silva; Gonçalves, 2010).

Na esfera de uma comunidade internacional, os atores centrais (particularmente os Estados e as organizações internacionais) fundamentam suas relações em princípios essenciais como a harmonia, o entendimento recíproco, a boa-fé nos acordos, a igualdade de tratamento, os valores humanitários e uma orientação pacifista, sendo todas essas interações regulamentadas e mediadas pelo sistema normativo do direito internacional (Castro, 2012).

A construção do imaginário sobre uma vasta comunidade internacional envolve, desse modo, uma certa idealização dos fenômenos que se apresentam aos sujeitos do conhecimento (Castro, 2012). É justamente nesse espaço entre a realidade e a ideia que se coloca a crítica de Robert Cox.

À época, em uma crítica ao entendimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Cox apresentou algumas reflexões sobre como essas instituições que, por vezes, são entendidas como elementos garantidores da cooperação internacional e de integração potencial são elementos de dominação hegemônica (Cox, 1977).

Diante da "integração internacional" e "colaboração internacional" são questionados pelo autor. Para ele, ambos os conceitos expressam as preferências normativas de quem os utiliza, mas constituem representações inadequadas e imprecisas das relações fundamentais de poder social e político. Para obter uma compreensão mais válida dessas relações de poder, é necessário considerar as transformações nos processos produtivos mundiais e nas relações sociais que deles emergem, isto é, transformações que aparecem vinculadas ao surgimento de uma forma corporativa de Estado com manifestações distintas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Cox, 1977).

Essas relações básicas, por sua vez, podem ser entendidas como condicionantes: da problemática do desenvolvimento econômico e social; da natureza do poder americano no mundo; e do processo contemporâneo de organização internacional (Cox, 1977).

Em síntese, a cooperação internacional funciona como um mecanismo de articulação política e econômica entre Estados e organizações, desempenhando um papel central na promoção da estabilidade global através da criação de acordos, normas e instituições que visam reduzir conflitos e regular as relações entre países. Paralelamente, atua como veículo para disseminar valores e interesses em áreas como direitos humanos e livre-comércio, que frequentemente refletem os interesses da hegemonia das potências dominantes.

Nas entrelinhas e notas de rodapé, ao ingressar e/ou aceitar a presença destas organizações em seu território, tem-se uma outra questão. Embora apresentada como ferramenta neutra para a gestão de assimetrias globais, por meio de instrumentos como ajustes financeiros e assistência técnica, a cooperação internacional pode acabar reforçando dinâmicas de dependência estrutural. Em sua essência, esse sistema formaliza a interdependência entre nações, mas simultaneamente revela as profundas disputas de poder que caracterizam uma ordem internacional marcadamente desigual.

O pós-Segunda Guerra Mundial marcou a consolidação dos Estados Unidos como potência global hegemônica, um processo acompanhado pela criação de um sistema institucional internacional que refletia seus interesses e valores. Nesse contexto, emergiram organizações multilaterais – como o





Banco Mundial, o FMI e a ONU – que, embora apresentadas como mecanismos de cooperação internacional, também serviram como instrumentos de projeção de poder e difusão de um modelo econômico-político (neo)liberal.

Paralelamente, a criação da USAID em 1961 exemplifica a institucionalização da assistência externa como ferramenta estratégica, vinculando ajuda ao desenvolvimento a objetivos geopolíticos da Guerra Fria. Este período histórico revela, portanto, como a ascensão estadunidense esteve intrinsecamente ligada à construção de uma arquitetura internacional que, sob o discurso da cooperação, reproduzia hierarquias e lógicas de influência características da nova ordem mundial.

A ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica global foi acompanhada pela construção deliberada de instituições internacionais para estruturar a cooperação entre os Estados. No pós-Segunda Guerra Mundial, a criação dessas instituições visava garantir um sistema de governança global baseado em regras, consolidando a liderança americana.

Por três décadas ou mais, o conhecimento no campo da política mundial foi construído predominantemente com referência à Guerra Fria. O que hoje chamamos de neorrealismo representa uma tecnologia de poder, um tipo de conhecimento voltado para resolver problemas relacionados à rivalidade entre as duas superpotências. Esse enfoque geralmente cumpriu seu propósito. Sua limitação estava na premissa de que qualquer aspecto alheio ao conflito entre superpotências poderia ser ignorado (Cox, 2002).

Evidentemente, para a grande maioria da humanidade, outras questões eram fundamentais: sobrevivência física em condições de fome, doenças e conflitos violentos, e, num nível mais espiritual, a negação da identidade cultural. Essas questões foram subordinadas à disputa de poder global ou, na medida em que se tornavam disruptivas, foram instrumentalmente vinculadas aos interesses das duas superpotências (Cox, 2002).

A hegemonia dos EUA se estabeleceu sobre uma base econômico-militar sem precedentes, permitindo ao país reconstruir a ordem internacional sob premissas neoliberais. Esse domínio envolve não apenas superioridade material, mas também a capacidade de definir regras e normas que moldam o comportamento dos demais atores internacionais. No caso dos EUA, esse papel se manifestou no fortalecimento de regimes internacionais que regulavam comércio, segurança e cooperação em diversas áreas, incluindo o meio ambiente.

O corporativismo, caracterizado pela aliança entre o Estado e as forças produtivas em nível nacional, consolidou-se como modelo de regulação econômica. Na esfera das relações econômicas internacionais, seu correspondente foi o nacionalismo econômico, frequentemente associado a práticas de "empobrecimento do vizinho" (Cox, 2002).

Após a Segunda Guerra Mundial, o sistema de Bretton Woods buscou estabelecer um equilíbrio entre os princípios de mercado global liberal e as responsabilidades domésticas dos Estados. Nesse contexto, os países passaram a prestar contas a agências de uma ordem econômica internacional institucionalizada (Cox, 2002).

Nesta seção, apresentaremos um panorama histórico sobre a criação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), destacando os fatores políticos e econômicos que motivaram sua fundação. Além disso, exploraremos de forma geral sua atuação na preservação ambiental, considerando seus principais objetivos e iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável. A proposta não é realizar uma análise aprofundada, mas fornecer um contexto que permita compreender a inserção da USAID nesse campo e sua relevância nas políticas ambientais internacionais.

No contexto ocidental, a formação gradual do Estado teve como elemento central o princípio da autorregulação e do autocontrole, cuja base fundamental reside na agência da violência institucionalizada. Este mecanismo atuou inicialmente como instrumento de coesão social sobre os súditos, evoluindo posteriormente para exercer a mesma função sobre os cidadãos em estágio histórico mais avançado (Castro, 2012).

Nesse sentido, uma Organização Internacional (OI) pode ser entendida como as “formas ou estruturas institucionais básicas de organização social, ou de sistemas de relações estabelecidas com base no direito internacional ou em tradições históricas” (SILVA; GONÇALVES, 2010, p. 178). Essas estruturas se tornam relevantes no contexto da globalização, uma vez que se tornam um meio de legitimação da dominação simbólica de países como os Estados Unidos sobre nações menos favorecidas economicamente.

Tendo isso em vista, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) foi criada em 1961 pelo Foreign Assistance Act para unificar a assistência externa do país (TARNOFF, 2015). Para isso, o texto da lei delimitava 5 objetivos principais que as políticas de cooperação internacional dos EUA deveriam alcançar:

- (1) a atenuação das mais graves consequências físicas da pobreza entre a maioria pobre do mundo;



(2) a promoção de condições que permitam aos países em desenvolvimento alcançar um crescimento econômico autossustentável com uma distribuição equitativa de benefícios;

(3) a promoção de processos de desenvolvimento em que os direitos civis e econômicos individuais sejam respeitados e reforçados;

(4) a integração dos países em desenvolvimento a um sistema econômico internacional aberto e equitativo; e

(5) a promoção da boa governança através do combate à corrupção e da melhoria da transparência e da responsabilização. (ESTADOS UNIDOS, 1961, p. 1-2, tradução nossa)

Tendo como base esses pontos, a USAID se estruturou a partir de então como uma instituição de promoção da influência estadunidense em países do sul global. Durante a Guerra Fria, seu objetivo era conter a expansão do comunismo por meio do desenvolvimento econômico e social, atuando na reconstrução da Europa e no apoio a países estratégicos na América Latina, Ásia e África.

Nos anos 1960 e 1970, participou da Aliança para o Progresso e da Guerra do Vietnã, mas sofreu cortes orçamentários na década de 1970. Nos anos 1980, a administração Reagan ampliou seu orçamento para projetos na África e América Central. Com o fim da Guerra Fria, enfrentou reduções drásticas, atingindo seu menor financiamento em 2000 (TARNOFF, 2015).

A partir dos anos 2000, a USAID voltou a ganhar relevância, especialmente no combate ao HIV/AIDS e em respostas a crises humanitárias, como o terremoto no Haiti e a epidemia de Ebola. Também teve papel crucial na reconstrução do Afeganistão e do Iraque, reforçando sua importância na política externa dos EUA.

Embora os objetivos iniciais da USAID, conforme estabelecidos no Foreign Assistance Act, visassem promover condições para o crescimento econômico autossustentável e a boa governança, a preservação ambiental sempre esteve implícita nessa visão, especialmente ao buscar reduzir os impactos negativos decorrentes da degradação ambiental, sendo inclusive mais bem descrita em:

(6) O Congresso considera que, se as atuais tendências de degradação dos recursos naturais nos países em desenvolvimento continuarem, elas prejudicarão gravemente os melhores esforços para satisfazer as necessidades humanas básicas, para alcançar um crescimento econômico sustentável e para evitar tensões e conflitos internacionais. O Congresso também considera que o mundo enfrenta

problemas enormes, urgentes e complexos, no que diz respeito aos recursos naturais, que exigem novas formas de cooperação entre os Estados Unidos e os países em desenvolvimento para evitar que esses problemas se tornem incontroláveis. Por conseguinte, é do interesse econômico e de segurança dos Estados Unidos assumir a liderança tanto na reavaliação minuciosa das políticas relacionadas com os recursos naturais e o ambiente, como na cooperação extensiva com os países em desenvolvimento, a fim de alcançar um desenvolvimento ambientalmente saudável. (ESTADOS UNIDOS, 1961, p. 46, tradução nossa)

Esse fragmento do Foreign Assistance Act ressalta o entendimento do Congresso de que a deterioração dos recursos naturais pode comprometer os esforços de erradicação da pobreza, o crescimento econômico e a estabilidade internacional, o que justifica a necessidade de uma intervenção coordenada e estratégica dos Estados Unidos em apoio aos países em desenvolvimento.

Dentro desse contexto, a USAID se dedicou em fortalecer a capacidade dos países receptores de investimentos para a proteção e o manejo sustentável de seus recursos naturais. Entre as diretrizes específicas estão a promoção de políticas de cooperação que visam restaurar terras, vegetação, recursos hídricos e a biodiversidade, sempre levando em conta os impactos ambientais de cada projeto.

Além disso, o dispositivo legal relativo aos recursos florestais reforça a importância da preservação dos ecossistemas, ao afirmar que "o Congresso reconhece a importância das florestas e da cobertura vegetal para os países em desenvolvimento" (ESTADOS UNIDOS, 1961, p. 47, tradução nossa). Essa orientação enfatiza a necessidade de se adotar práticas que minimizem a destruição dos recursos naturais, promovendo alternativas sustentáveis que conciliem o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental.

Assim, a USAID implementou diversas iniciativas voltadas ao reflorestamento, ao manejo sustentável das florestas e ao apoio à agrofloresta, bem como programas que incentivam o envolvimento das comunidades locais na formulação e execução dos projetos.

Se considerarmos "regulação" não apenas no sentido estrito jurídico, mas também no sentido amplo, isto é, de definição de parâmetros, critérios, padrões e condicionantes para funcionamento de mercados, práticas sociais, sanitárias e econômicas, então a USAID se insere em uma teia de instituições norte-americanas e multilaterais fomentadas pelos EUA que exercem esse papel regulatório global.

Nesta seção, buscamos apresentar os resultados de nossa pesquisa referente aos gastos da USAID em

meio ambiente. Para tal, apresenta-se algumas respostas e relações obtidas ao longo da investigação.

O primeiro ponto de destaque é que a USAID não é a única agência que trata deste assunto. A Environmental Protection Agency (EPA) foi criada em 1970, durante o governo de Richard Nixon, em resposta à crescente pressão da sociedade americana, que, nos anos 1960, mobilizou-se diante de desastres ambientais, poluição industrial e degradação de recursos naturais. Sua fundação foi formalizada por meio da Ordem Executiva 11472 e do National Environmental Policy Act (NEPA) de 1969, marco legislativo que inaugurou uma nova fase na política ambiental dos Estados Unidos (US EPA, OA, 2013).

Ainda que formalmente limitada à jurisdição dos EUA, na prática, a EPA exerce soft power regulatório, influenciando normas ambientais internacionais, cadeias de produção, comércio e acordos diplomáticos. Isso a aproxima de um papel de reguladora transnacional (tal qual a USAID), especialmente quando empresas e países adaptam suas práticas para acessar o mercado norte-americano ou receber apoio técnico e financeiro.

A Agência de Proteção Ambiental (EPA) mantém um orçamento relativamente estável ao longo dos anos, representando cerca de 0,15% a 0,17% dos gastos federais. Sua missão é proteger a saúde humana e o meio ambiente, através da regulamentação e fiscalização de práticas ambientais (US EPA, OCFO, 2013).

Analisando os dados disponibilizados pelo próprio governo dos Estados Unidos, pudemos construir a seguinte tabela:

Tabela 1 | Investimentos em auxílio internacional feitos pelos Estados Unidos

ANO	INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS DOS EUA	INVESTIMENTOS FEITOS PELA USAID	INVESTIMENTOS FEITOS PELA USAID EM MEIO AMBIENTE
2008	\$47B	\$13,82B (≈29,4%)	\$229,6M (≈1,66%)
2009	\$47B	\$16,39B (≈34,8%)	\$209,2M (≈1,27%)
2010	\$48B	\$17,51B (≈36,4%)	\$259,2M (≈1,48%)
2011	\$49B	\$15,92B (≈32,4%)	\$420M (≈2,63%)
2012	\$50B	\$18,29B (≈36,5%)	\$473,5M (≈2,58%)
2013	\$46B	\$17,32B (≈37,6%)	\$407,4M (≈2,35%)
2014	\$44B	\$17,82B (≈40,5%)	\$516,5M (≈2,89%)
2015	\$50B	\$19,41B (≈38,8%)	\$574,7M (≈2,96%)
2016	\$50B	\$19,36B (≈38,7%)	\$539,6M (≈2,78%)
2017	\$48B	\$20,57B (≈42,8%)	\$556,6M (≈2,70%)
2018	\$48B	\$20,07B (≈41,8%)	\$191,6M (≈0,95%)
2019	\$49B	\$21,21B (≈43,2%)	\$57,32M (≈0,27%)
2020	\$52B	\$26,16B (≈50,3%)	\$10,09M (≈0,03%)
2021	\$53B	\$29,74B (≈56,1%)	\$31,36M (≈0,10%)
2022	\$76B	\$41,51B (≈54,6%)	\$4,803M (≈0,01%)
2023	\$79B	\$42,45B (≈53,7%)	\$11,32M (≈0,02%)

Fica evidente por meio da análise destes dados que os gastos destinados à assistência internacional dos

EUA se mantiveram aproximadamente no mesmo patamar entre os anos de 2008 e 2021, tendo um aumento na casa das dezenas de bilhões de dólares no período pós-pandemia, a partir de 2022. Apesar dos investimentos terem se mantido em relativa constância, o uso da USAID como executora dos gastos aumentou com o passar do tempo, atribuindo à agência um papel de grande protagonismo no cenário internacional.

Entretanto, o aumento do orçamento da agência deixou de se traduzir em preservação ambiental a partir de 2018, segundo ano do primeiro mandato de Donald Trump,

A análise da atuação da USAID na pauta ambiental entre 2008 e 2023 evidencia que, embora a agência tenha se consolidado historicamente como um dos principais instrumentos de projeção da hegemonia norte-americana, seu papel sofreu transformações significativas no contexto das mudanças estruturais na ordem internacional.

A ascensão da China como potência econômica, tecnológica e geopolítica reconfigura os centros de poder global, desafiando a liderança dos Estados Unidos, especialmente em espaços antes tradicionalmente subordinados à sua influência, como partes da África, América Latina e Sudeste Asiático.

Esse reposicionamento geopolítico ocorre em paralelo a uma crise fiscal crônica dos Estados Unidos, acentuada após a crise financeira de 2008 e agravada por gastos crescentes com defesa, seguridade social e pagamento da dívida pública. Nesse cenário, cortes orçamentários atingem setores considerados periféricos às prioridades estratégicas imediatas, entre eles a cooperação internacional para o desenvolvimento, refletindo na diminuição dos recursos destinados à USAID.

O impacto não é apenas quantitativo, mas qualitativo, revelando um redirecionamento da política externa norte-americana, menos voltada à construção de legitimidade através da assistência e mais focada em mecanismos coercitivos, competição direta com rivais e protecionismo econômico.

A atuação da USAID na agenda ambiental pode ser lida como parte desse arcabouço hegemônico, que busca construir consensos sobre desenvolvimento, sustentabilidade e governança. Sua fragilização, por sua vez, indica um enfraquecimento da capacidade dos EUA de manter esse consenso internacional (Cox, 1987).

## CONCLUSÃO

A partir do final da Guerra Fria, e com maior intensidade nas primeiras décadas do século XXI, a pauta ambiental tornou-se um dos eixos



fundamentais das agendas multilaterais, atravessando não apenas questões ecológicas, mas também disputas econômicas, tecnológicas e geopolíticas. Nesse cenário, a USAID passou a desempenhar um papel significativo na formulação e implementação de programas voltados à preservação ambiental em países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, na África e na Ásia. Entre os anos de 2008 e 2023, observa-se um aprofundamento dessa atuação, marcada tanto por ações de cooperação quanto por dinâmicas que revelam assimetrias de poder típicas da lógica imperialista contemporânea.

A ascensão chinesa como potência global, combinada com a crise fiscal crônica dos EUA, tem reconfigurado as bases da hegemonia internacional. Nesse contexto, o orçamento destinado à preservação ambiental reduzido da USAID, que em 2022 atingiu seu menor nível em décadas, reflete não apenas restrições orçamentárias, mas uma mudança estratégica: os EUA parecem menos dispostos a sustentar o tradicional soft power via ajuda ao desenvolvimento, justamente quando a China expande sua influência através de iniciativas como a Nova Rota da Seda.

A proposta do governo Trump, em 2020, de "dissolver a USAID", comunicada oficialmente ao Congresso, deve ser compreendida como expressão concreta desse realinhamento. Mais do que um simples ajuste administrativo, tal movimento simboliza uma inflexão na estratégia imperial: da hegemonia baseada no consenso e na influência normativa, típica da ordem liberal construída no pós-Segunda Guerra, para uma lógica de poder mais aberta, competitiva e centrada na disputa geopolítica direta, sobretudo frente à expansão chinesa.

Como concretização desse movimento, em 20 de janeiro de 2025, em uma das primeiras movimentações do segundo mandato da presidência de Donald Trump, foi formalizada por meio da Ordem Executiva 14169 o início do processo de desmantelamento das instituições de apoio internacional por meio do congelamento de todo o orçamento destinado a esses fins.

Ainda que a dissolução plena não tenha se efetivado, a proposta traduz uma visão de mundo em que a cooperação internacional, especialmente nos moldes tradicionais de assistência ao desenvolvimento, deixa de ser prioridade no exercício da liderança global norte-americana.

Este processo não indica o colapso imediato da ordem liderada pelos EUA, mas revela sua transição de hegemonia integral (baseada em consenso e capacidade institucional) para uma hegemonia truncada, cada vez mais dependente de mecanismos de força e menos capaz de sustentar os pilares

multilaterais que ela mesma criou. A USAID, nesse sentido, torna-se um termômetro das contradições do poder americano no século XXI.

#### AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual do Maranhão, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Grupo de Pesquisa em Economia, Inovação e Meio Ambiente

#### REFERÊNCIAS

- CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- COX, Robert W. Labor and hegemony. *International Organization*, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 385–424, 1977.
- COX, Robert W. Production, Power, and World Order: social forces in the making of history. New York, NY: Columbia University Press, 1987.
- COX, Robert W. (org.). The Political Economy of a Plural World: critical reflections on power, morals and civilization. New York: Routledge, 2002.
- ESTADOS UNIDOS. Assembleia Legislativa. Lei nº 87-195, de 04 de setembro de 1961. AN ACT To promote the foreign policy, security, and general welfare of the United States by assisting peoples of the world in their efforts toward economic development and internal and external security, and for other purposes. The Foreign Assistance Act Of 1961. p. 1-276.
- ENGELS, Friedrich. A Dialética da natureza. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979. (Pensamento Crítico). v. 8.
- EUA. FA.gov. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://foreignassistance.gov/>. Acesso em: 29 maio 2025.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. O imperialismo global: teorias e consensos. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2013.
- FORTES, Ana Rachel Simões; PEREIRA, Chyara Sales; RAMOS, Leonardo. As organizações internacionais e a hegemonia mundial: a guinada neoliberal da OCDE. OIKOS, Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 2, p. 247–263, 2021.
- GIL, Antonio Carlos. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>.





- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. tradução: José Paulo Netto. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008. (Pensamento Crítico, v. 12).
- LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2021.
- LÊNIN, V. I. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas, SP: Navegando Publicações, 2011.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano: 1926 - 1937*. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo, SP: Boitempo, 2012.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.
- SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. *Dicionário De Relações Internacionais*. 2. ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2010.
- TARNOFF, Curt. *U.S. Agency for International Development (USAID): Background, Operations, and Issues*. Washington D.C: Congressional Research Service, 2015.
- US EPA, OCFO. *EPA's Budget and Spending*. [S. l.], 2013. *Overviews and Factsheets*. Disponível em: <https://www.epa.gov/planandbudget/budget>. Acesso em: 28 maio 2025.
- US EPA, OA. *The Origins of EPA*. [S. l.], 2013. *Collections and Lists*. Disponível em: <https://www.epa.gov/history/origins-epa>. Acesso em: 28 maio 2025.